

O LIVRO DIDÁTICO DE SOCIOLOGIA E AS CRÍTICAS À COLONIALIDADE: UMA ANÁLISE DO LIVRO “SOCIOLOGIA EM MOVIMENTO” DO PNLD 2026

Eduarda Vitória Lima Silva ¹
Jefferson Moreira Valentim ²
Camila Raquel Viana Bispo ³
Jaiane da Silva Francisco ⁴
Clayton Rodrigues da Silva ⁵

RESUMO

O livro *Moderna Plus Sociologia em Movimento*, da Editora Moderna, é uma das obras didáticas submetidas ao Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) para o Ensino Médio, na edição de 2026. O capítulo 10, intitulado “Críticas à colonialidade”, apresenta uma abordagem que busca descontruir a lógica eurocêntrica de produção de conhecimento, rompendo com a perspectiva colonial e abrindo espaço para visões de mundo plurais. Com isso, o presente trabalho visa investigar as possibilidades de discussão da decolonialidade e das relações étnico-raciais, considerando sua aplicabilidade no ensino de Sociologia a partir do capítulo referido, tendo em vista a dimensão empírica do contexto educacional e as raízes coloniais que permeiam o ambiente escolar e as práticas pedagógicas. A abordagem utilizada é a qualitativa, de modo que o livro será analisado por meio de análise temática (BRAUN; CLARKE, 2006), realizada a partir de uma perspectiva crítica sobre a colonialidade. Os conceitos que guiaram as discussões dos resultados são os de “dúvida cosmológica” de Gersem Baniwa (2019), “dispositivo de racialidade”, de Sueli Carneiro (2005), “redução sociológica”, de Ramos (1996) e algumas considerações de Freire (1987). Além disso, também foram realizadas observações participantes e experimentações de atividades pedagógicas em sala de aula, com registros diversos em caderno de campo. Os resultados indicam que a realidade de sala de aula não pode ser desconsiderada quando da avaliação de qualquer material didático e que a Sociologia trabalhada na educação básica não pode ser reduzida a uma reprodução da Sociologia acadêmica, pois atende a objetivos distintos. Além disso, o currículo como objeto de disputa reflete também aspectos da colonialidade, cuja crítica é ponto de partida para a construção de uma educação emancipadora.

1 Graduanda do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, eduarda.v.lima@estudante.ufcg.edu.br;

2 Graduando do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, moreira.valentim@estudante.ufcg.edu.br;

3 Graduanda do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, Camila.bispo@estudante.ufcg.edu.br;

4 Graduanda do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, jaiane.francisco@estudante.ufcg.edu.br;

5 Professor orientador: Doutorando, Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, clayton.rodrigues@ifpb.edu.br.



Palavras-chave: Livro didático, Ensino de Sociologia, Educação para relações étnico-raciais, Críticas à colonialidade.

INTRODUÇÃO

A colonização do território brasileiro constituiu um processo violento de dominação e exploração, cujos efeitos transcendem o período colonial e permanecem profundamente na estrutura social contemporânea, impactando principalmente os povos originários e afro-brasileiros. Segundo Quijano (2005), esse legado se perpetua por meio da colonialidade do poder, sustentada nas dimensões de poder, saber e ser. Nesse sistema, a invenção da “raça” operou como um critério para classificar socialmente os povos, posicionando os colonizados em uma condição de inferioridade naturalizada.

No contexto brasileiro, Sueli Carneiro (2005) identifica o dispositivo de racialidade e o contrato racial como mecanismos sociais que reproduzem a divisão entre um “Eu” branco, portador de humanidade plena, e um “Outro” não-branco, reduzido ao não-ser. Essa estrutura racial hierarquizada é consolidada por meio do epistemicídio, um processo de anulação e inferiorização dos saberes, culturas e modos de existência dos grupos dominados, silenciando suas dinâmicas socioculturais em favor de uma narrativa hegemônica eurocêntrica.

Diante desse cenário, a decolonialidade surge como proposta de ruptura epistêmica com o domínio colonial, propondo o resgate e a valorização das matrizes de conhecimento dos povos historicamente oprimidos (MIGNOLO, 2017). Na educação, essa visão se mostra urgente, pois, como destaca Luciano (2019), a imposição de uma cosmovisão ocidental e eurocêntrica nas instituições de ensino gera profundos dilemas existenciais e epistemológicos para povos que possuem diferentes perspectivas de mundo, se configurando como uma violência cultural e cognitiva. Nesse contexto, o ensino de Sociologia na educação básica assume um papel importante, ao favorecer a construção de uma visão crítica da realidade e desnaturalizar aquilo que é frequentemente tomado como dado. No entanto, para cumprir essa função transformadora, as ciências sociais devem adotar uma postura contrária à mentalidade colonial (RAMOS, 1996).

Entendendo o livro didático, enquanto recurso profundamente vinculado ao currículo, sabe-se que não se trata de um instrumento neutro. Conforme argumenta Paulo Freire (1987), a educação pode servir tanto à dominação quanto à libertação. Em vista disso, a presente pesquisa busca investigar o livro didático *Moderna Plus Sociologia em Movimento*, integrante do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) 2026-2029, com foco no capítulo





o 10, “Críticas à colonialidade”, e outros trechos da obra para avaliar e questionar se esse material contribui para uma abordagem decolonial e para o fortalecimento das relações étnico-raciais nas aulas de Sociologia, e sua potencialidade em auxiliar o docente na prática em sala de aula.

O estudo foi feito a partir de uma abordagem qualitativa, que visa compreender a lógica de processos e estruturas sociais por meio de análises aprofundadas (ALONSO, 2016, p. 8), utilizando como técnica a análise temática, caracterizada pela identificação e descrição de padrões nos dados (BRAUN; CLARKE, 2006, p. 6). Para avaliar a aplicabilidade do material em sala de aula, foram consideradas variáveis como conteúdo, linguagem e atividades complementares. A pesquisa também contou com um levantamento bibliográfico e com observações participantes realizadas durante uma aula de Sociologia no Instituto Federal da Paraíba (IFPB), campus Monteiro, com registros sistematizados em caderno de campo, com o objetivo de subsidiar e fundamentar a discussão.

A análise do capítulo revelou uma abordagem positiva sobre as questões étnico-raciais, com estudos pós-coloniais e decoloniais, além de importantes autores brasileiros com contribuições na temática. Embora o conteúdo contribua significativamente para a reflexão crítica sobre o processo colonizador e promova um ensino mais plural, observou-se que sua linguagem acadêmica e as atividades complexas podem dificultar a compreensão por parte dos alunos do ensino médio. Ainda assim, recursos complementares e a mediação docente mostraram-se essenciais para tornar o ensino mais acessível e promover a discussão sobre as relações étnico-raciais em sala de aula.

Dessa forma, destaca-se a importância de romper com a colonialidade do saber e valorizar epistemologias produzidas por povos historicamente marginalizados. Reflete-se, também, sobre como o ensino de Sociologia pode assumir um papel central na desconstrução da lógica hegemônica eurocêntrica, principalmente por meio da ressignificação do currículo e da análise e crítica dos livros didáticos.

METODOLOGIA

Tendo em vista os objetivos estabelecidos, este estudo adotou uma abordagem qualitativa que, conforme Alonso (2016, p. 8), visa “entender a lógica de processos e estruturas sociais, a partir de análises em profundidade”. A técnica utilizada foi a análise temática que caracteriza-se pela identificação, análise e relato de padrões nos dados, os organizando e os descrevendo em detalhes (BRAUN; CLARKE, 2006, p. 6).





Nesse sentido, a abordagem foi escolhida para investigar como os temas da decolonialidade e das relações étnico-raciais são tratados no livro didático, buscando compreender em profundidade os fenômenos sociais ali entrelaçados e a forma como esses temas são abordados, a partir de uma perspectiva crítica à colonialidade. Além disso, a pesquisa contou com levantamento bibliográfico, utilizado para fundamentar teoricamente a discussão.

Investigou-se as possibilidades de discussão dos temas citados no ensino de Sociologia a partir do capítulo 10 “Críticas à colonialidade” do livro didático *Moderna Plus Sociologia e em Movimento*, considerando as propostas de conteúdos, a adequação da linguagem e as atividades complementares como variáveis para avaliar a aplicabilidade dos conteúdos em sala de aula.

Além disso, foram brevemente analisados outros capítulos que abordam temáticas étnico-raciais e decoloniais de forma transversal, selecionados com base no sumário da obra. Ao total, analisamos seis capítulos adicionais, sendo eles: Capítulo 1 - Produção de Conhecimento; Capítulo 2 - Indivíduo, Sociedade e Cultura; Capítulo 4 - Estratificação Social; Capítulo 6 - Representatividade Racial e Democracia; Capítulo 7 - Lutas e Expressões da População Negra; e Capítulo 11 - Globalização, Cidadania e Direitos Humanos.

Também foram realizadas observações participantes durante uma aula de Sociologia no Instituto Federal da Paraíba (IFPB), campus Monteiro, no dia 19 de setembro de 2025, com duração de 50 minutos, sendo os registros sistematizados em caderno de campo. As observações tiveram como objetivo analisar se o conteúdo proposto pelo capítulo 10 pode ser aplicado de forma eficiente na discussão da temática durante as aulas de Sociologia, considerando a realidade do chão da sala de aula.

REFERENCIAL TEÓRICO

De acordo com Aníbal Quijano (2005), os efeitos da colonização continuam a se manifestar na contemporaneidade, mesmo após seu fim formal, por meio de um padrão de poder que o autor denomina como colonialidade do poder. A colonialidade não apenas sobreviveu às independências formais, como se consolidou como base duradoura do poder global, tendo emergido com a colonização da América. Ela se mantém por meio de três dimensões interligadas: a colonialidade do poder, do saber e do ser, que reproduzem continuamente uma lógica hierárquica entre dominadores e dominados. Quijano (2005, p. 118) argumenta ainda que esse sistema foi consolidado pela invenção da “raça” como critério de classificação social biológica, posicionando os povos colonizados em uma condição de inferioridade supostamente natural.





Ao abordar o contexto específico do Brasil, Sueli Carneiro (2005) mostra como esse critério racial opera através do que ela denomina de dispositivo de racialidade, sendo um mecanismo social que, cotidianamente, reproduz a divisão radical entre o “Eu” branco, como o ser pleno e o “Outro” negro, como o não-ser. Essa estrutura racial não apenas legitimou a dominação política e econômica no país, como também serviu para marginalizar os saberes, as culturas e os modos de existência da população negra.

Tendo como base os escritos de Charles Mills (1997, *apud* Carneiro, 2005), a autora complementa essa análise ao apontar que o elemento estruturador do dispositivo de racialidade no Brasil é o contrato racial. Esse contrato consolida a supremacia branca global, herdada do processo de colonização europeia, e estabelece uma compreensão de sociedade baseada na segregação entre indivíduos “brancos” e “não brancos”. A estes últimos, é atribuído um status político, moral e epistemológico inferior, sustentando uma ordem social excludente e racialmente hierarquizada.

Essa desumanização estrutural, segundo Carneiro (2005), se manifesta também na esfera do conhecimento, por meio do conceito de epistemicídio, sendo um processo de inferiorização intelectual e anulação dos grupos dominados enquanto sujeitos do saber (2005, p. 96). Desse modo, o domínio branco estabelece, por meio de uma narrativa divergente da realidade, uma perspectiva hierárquica eurocentrada que subalterniza quaisquer outras formas de saber e o legitima como produtor exclusivo do que é considerado correto, racional e superior. Dito isto, as dinâmicas socioculturais dos povos originários e das populações negras foram sistematicamente silenciadas em favor dessa narrativa hegemônica.

Nesse contexto, a decolonialidade emerge como uma proposta que, de acordo com Mignolo (2017), busca romper com o domínio colonial sustentado pela modernidade ocidental. Mais do que uma simples contestação política ao colonialismo, a perspectiva decolonial propõe uma ruptura epistêmica, ou seja, o afastamento de uma visão de mundo que subordina os saberes à lógica colonial. Trata-se, portanto, de uma forma de combate à colonialidade, buscando resgatar os povos historicamente oprimidos pela colonização, reconhecendo e valorizando suas matrizes de conhecimento, suas experiências e seus modos de existência como fundamentos para a construção de um mundo pluriversal.

A decolonialidade, quando atrelada à educação, pode promover um ensino diverso e questionar a hegemonia do pensamento eurocêntrico, valorizar saberes indígenas, africanos, afro-brasileiros e de outras culturas marginalizadas, e assim desnaturalizar hierarquias de poder que foram historicamente construídas e reproduzidas pela escola tradicional.





Em uma perspectiva indígena, Luciano (2019, p. 3) destaca que os estudantes indígenas, ao se depararem com a visão ocidental eurocentrada presente nos meios de educação institucional, fundamentada em uma lógica de separação e destruição da natureza, vivenciam um conflito profundo em oposição à cosmovisão indígena de interdependência e cuidado. Esse embate gera, nas palavras do autor, “profundos dilemas existenciais, cosmológicos e epistemológicos”, situação que pode ser caracterizada como uma profunda dúvida cosmológica.

Nesse sentido, “sem este reconhecimento de outras lógicas e racionalidades humanas, as universidades se tornam ou continuam sendo espaços de violência cultural, cognitiva e epistêmica” (2019, p. 12). Essa reflexão aplica-se à realidade da educação básica no Brasil, onde se torna imprescindível a integração de abordagens que contribuam para a discussão e o fortalecimento das relações étnico-raciais e da decolonialidade.

É precisamente nesse cenário que a Sociologia, disciplina da educação básica abordada neste artigo, se mostra como fundamental ao cumprir sua tarefa central de desnaturalizar o mundo social e promover o desenvolvimento do pensamento crítico entre os estudantes. Para isso, é importante que a disciplina seja apresentada de forma crítica, apresentando a realidade social de maneira que possibilite a compreensão das estruturas, relações de poder e hierarquias, cumprindo com seu papel transformador. Cabe destacar que, ao longo de sua implementação no Brasil, a disciplina assumiu diversas abordagens ideológicas e serviu, desde sempre, para justificar o papel transformador ou conservador da educação, conforme o contexto, os sujeitos históricos e os interesses em jogo.

Ramos (1996), ao analisar o desenvolvimento das ciências sociais no Brasil entre as décadas de 1940 e 1960, critica os cientistas sociais brasileiros por se apropriarem de teorias euro-americanas para explicar a realidade do país e a condição do negro na sociedade. O autor destaca a importância de compreender a realidade a partir de uma perspectiva crítica, e não de forma “literal e passiva dos produtos científicos importados” (1996, p. 68). Para isso, defende o que chamou de “redução sociológica”, um método de assimilação crítica da produção sociológica estrangeira, como caminho para a construção de uma ciência nacional que compreenda as necessidades específicas do Brasil e pense a partir de sua própria realidade, visando a superação da mentalidade colonial.

Dessa forma, é fundamental que a produção científica das ciências sociais seja crítica e esteja conectada ao contexto histórico, social e cultural dos povos pertencentes ao território brasileiro, para que, em conjunto com a educação, possa cumprir seu papel transformador e manter um compromisso com processos educativos que valorizem os sujeitos historicamente subalternizados pelos modelos hegemônicos de ensino.





Nesse cenário, o livro didático, enquanto ferramenta educacional de apoio ao trabalho docente em sala de aula, torna-se um objeto de problematização fundamental. Vale ressaltar que o livro didático é muito mais do que uma mera compilação de informações. Ele opera em uma relação profunda e intrínseca com o currículo escolar. Sua construção é profundamente baseada e moldada pelas diretrizes, competências e habilidades propostas pelo currículo. Se o currículo escolar carece de diversidade, flexibilidade ou de uma abordagem contextualizada, dificilmente o livro didático conseguirá transcender essas limitações, refletindo, em muitos casos, as lacunas e deficiências do próprio sistema educacional. Portanto, um livro didático verdadeiramente eficaz pressupõe um currículo escolar robusto, atualizado e que promova a inclusão e a pluralidade de perspectivas.

O currículo escolar é um campo complexo e multifacetado, com diversas teorias que buscam compreendê-lo e defini-lo. Apesar das variações, um ponto em comum entre essas abordagens é a inegável necessidade de determinar quais conteúdos são relevantes para compor esse currículo. Essa seleção não é, e não pode ser, um processo neutro. Pelo contrário, o currículo é intrinsecamente moldado por decisões e escolhas, refletindo os valores, crenças e prioridades de quem o elabora.

O currículo, portanto, não é apenas um guia de conteúdos, mas um artefato cultural e político que reflete e, ao mesmo tempo, influencia a sociedade. E quando nos referimos à decolonialidade, ele pode agir como um instrumento de reprodução de desigualdades sociais, privilegiando os conhecimentos dominantes. A escolha dos conteúdos curriculares, a forma como são organizados e as metodologias de ensino empregadas são atos deliberados que produzem significados e impactam diretamente a visão de mundo e as oportunidades dos estudantes.

Paulo Freire (1987, p. 35) argumenta que, a educação não é neutra: ela pode servir tanto à dominação quanto à libertação. Na chamada educação bancária, o conhecimento é transmitido de forma vertical, privilegiando saberes considerados legítimos que são, em geral, de matriz eurocêntrica e silenciando as vozes e experiências dos oprimidos. Essa lógica se assemelha à do currículo tradicional, que reforça desigualdades e limita a autonomia crítica dos estudantes. Em oposição, Freire propõe uma educação libertadora, baseada no diálogo e na problematização da realidade, em que os saberes populares e locais são reconhecidos como válidos e transformadores.

É fundamental, portanto, que o currículo escolar seja concebido de forma a contemplar a vasta pluralidade de realidades existentes em nossa sociedade. Somente assim, será possível garantir que o livro didático, como ferramenta central no processo de ensino-aprendizagem, também se torne mais diversificado e representativo. Um currículo unilateral e excludente, lim





ita a capacidade dos alunos de se reconhecerem no material didático e de se conectarem com o conhecimento de forma significativa. A diversificação do livro didático não é apenas uma questão de inclusão, mas também de enriquecimento pedagógico, permitindo que os estudantes possam acessar diferentes formas de conhecimento.

O PNLD é uma iniciativa governamental crucial no cenário educacional brasileiro, concebido como uma política pública abrangente para o fornecimento de recursos pedagógicos. Sua principal função é a seleção, compra e distribuição de livros didáticos e outros materiais de apoio pedagógico a todas as instituições de ensino públicas no Brasil. Para que um livro seja aprovado e integrado ao programa, ele deve aderir a um conjunto de requisitos considerados fundamentais para o processo de ensino-aprendizagem. Entre os requisitos, destacamos o respeito à pluralidade de ideias, em que os materiais devem apresentar diferentes perspectivas e abordagens sobre os temas, facilitando a construção do pensamento crítico e a capacidade de análise dos estudantes.

Os livros devem, ainda, refletir sobre a diversidade social, histórica, política, econômica, demográfica e cultural do Brasil. Isso inclui a abordagem de diferentes etnias, regiões, manifestações culturais e realidades socioeconômicas, contribuindo para a formação de cidadãos mais conscientes e inclusivos.

Partindo do referencial exposto, este trabalho se propõe a analisar o livro *Moderna Plus Sociologia em Movimento*, da editora Moderna, que integra uma das coleções aprovadas no PNLD 2026-2029. O foco será o capítulo 10, intitulado “Críticas à colonialidade”, e outros trechos da obra para avaliar como são abordadas as perspectivas decoloniais e étnico-raciais, e sua potencialidade em auxiliar o docente na prática em sala de aula.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante a análise do capítulo “Críticas à Colonialidade”, do livro *Moderna Plus Sociologia em Movimento*, observou-se que os conteúdos apresentados trazem uma abordagem diversificada das questões étnico-raciais, oferecendo múltiplas perspectivas. Os textos abordam os estudos pós-coloniais, que são críticos às formas unilaterais de compreender o mundo, e aprofundam-se em abordagens voltadas ao contexto nacional, apresentando autores que produzem conhecimento decolonial no Brasil. Nesse sentido, destaca-se a proposta de Ramos (1996), que defende a construção de uma ciência nacional por meio da “redução sociológica”, na qual os cientistas sociais devem buscar explicar a realidade brasileira com base em suas especificidades, promovendo um pensamento decolonial. O capítulo analisado apresenta essa perspectiva de



maneira eficiente, trazendo autores e ideias que incentivam uma reflexão crítica sobre a sociedade brasileira e as mudanças necessárias em suas estruturas.

Na adequação da linguagem, entretanto, foi possível observar que o capítulo possui um vocabulário rebuscado, sendo comum a presença de termos acadêmicos, o que pode ocasionar dificuldades de assimilação por parte dos estudantes, sendo necessário o uso de outras ferramentas, além do livro, como dicionários ou até mesmo mecanismos de pesquisa na internet para compor uma base concreta dos temas abordados em sala. Nas imagens a seguir, podemos observar exemplos destas palavras:

Figura 1 - Pág. 251

...a colonização... em países... moderno... capital... entrico que permeia o imaginário, as estruturas subjetivas e as formas de... e difusão do conhecimento.
...cordo com Quijano, a colonialidade permaneceu mesmo depois da indecisa das últimas colônias do continente africano. **Alicerçada** na racialização, xcentrismo e na hegemonia do Estado-nação, a colonialidade implica a ão dos valores e das formas de vida do colonizador aos povos colonizados. nição de Maldonado-Torres:

Figura 2 - Pág. 248

Discurso sobre colonialismo, de Aimé Césaire

Aimé Césaire foi um poeta, dramaturgo e político da Martinica, ilha do Caribe que, durante vários séculos, foi colonizada pela França. Na obra *Discurso sobre o colonialismo*, divulgada em 1950, poucos anos após a Segunda Guerra Mundial, Césaire afirma que o colonialismo foi **inerentemente coisificador**, pois desumanizou os colonizados e também os colonizadores, deixando-os em condição de inferioridade moral:

SILVA, Afrânio. *et al. Moderna Plus Sociologia em Movimento*. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2024.

Essa configuração se alinha perfeitamente com a maneira como o pensamento eurocêntrico historicamente validou e promoveu o que ele próprio definiu como correto e superior. No conceito “epistemicídio”, utilizado por Carneiro (2005), encontramos a negação da capacidade cognitiva e da produção intelectual dos povos colonizados, desqualificando formas de inteligibilidade que fogem dos padrões hegemônicos. A rigidez presente na escrita do livro não é meramente uma escolha estilística, mas sim uma representação simbólica desta imposição cultural e epistemológica do saber. Percebe-se que alguns termos e conceitos são acompanhados de seus significados, o que facilita a compreensão do texto. Contudo, a ausência de explicações para outros termos pode dificultar o entendimento dos estudantes do ensino médio, dada a complexidade da linguagem utilizada.

No que se refere às atividades complementares do capítulo, notou-se a presença de questões com nível de complexidade elevado para os alunos, uma vez que algumas exigiam uma abordagem transdisciplinar, demandando conhecimentos de outras disciplinas além da Sociologia. Adicionalmente, havia perguntas que exigiam a correlação com imagens ou gráficos, o que nem sempre é uma tarefa simples, somado ao fato de que muitas dessas questões apresentavam enunciados longos e densos.

Ao longo do capítulo, encontrou-se também sugestões de documentários, filmes e histórias em quadrinhos, que podem servir de apoio ao professor como material didático. O capítulo





também inclui um tópico “Trabalho com Fontes”, no qual é apresentado um trecho do livro *A terra dá, a terra quer*, do autor Nêgo Bispo. Materiais desse tipo são importantes para diversificar o ensino, o tornando mais dinâmico e acessível, além de possibilitar diferentes formas de abordagem e compreensão dos conteúdos por parte dos alunos.

Portanto, podemos concluir, com base na análise realizada, que a proposta de conteúdos do capítulo oferece contribuições positivas e relevantes para a compreensão das temáticas, fornecendo novas perspectivas sobre modos de vida e refletindo criticamente acerca do processo colonizador. No entanto, a linguagem utilizada tende a ser academicista, com termos e conceitos mais complexos para alunos do ensino médio, e as atividades apresentadas acabam sendo desafiadoras para serem trabalhadas.

Em nossa análise dos capítulos adicionais, foi possível notar que o termo “decolonialidade” aparece no primeiro capítulo, em um tópico que explica seu significado e origem. No segundo capítulo, o termo reaparece em um subtópico sobre a pedagogia decolonial, abordando seu conceito e a importância de sua presença em sala de aula.

Ao longo dos seis capítulos analisados, percebeu-se que o livro didático se dedica a abordar temas relevantes para os povos negros e indígenas, apresentando imagens, textos, autores desses grupos, além de aspectos culturais e reivindicações históricas. Dessa forma, a obra oferece uma nova forma de representação, valorizando os saberes, as culturas e as lutas sociais desses povos.

Nas observações realizadas durante uma aula de Sociologia sobre a temática em questão constatou-se que o conteúdo do capítulo 10 pode ser utilizado no processo de ensino, servindo como auxílio para o docente na prática escolar. Contudo, é importante considerar o tempo disponível de 50 minutos por aula, além do desafio do engajamento dos alunos, que foi observado, uma vez que o conteúdo pode ser complexo à primeira vista.

O docente estruturou a aula em torno da perspectiva contracolonial de Nêgo Bispo, discutindo o processo colonizador a partir de seu conceito central de “adestramento”, definido como a domesticação forçada de saberes e corpos. Essa crítica serviu de base para refletir sobre a necessidade de uma postura decolonizadora, que rompa essas estruturas de poder, e sobre a aplicação do relativismo cultural, que contraria a noção de uma cultura universal e superior, permitindo valorizar a diversidade de formas de vida.

Para facilitar a compreensão dos estudantes, utilizou-se exemplos práticos relacionados à realidade deles, mostrando a importância da mediação do professor para o processo de ensino. A partir dessa aula, evidencia-se como o material pode ser um importante aliado na promoção de um ensino decolonial e na discussão das relações étnico-raciais, de modo que, com base





no pensamento de Freire (1987), se proponha uma educação libertadora, baseada no diálogo e na problematização da realidade, na qual os saberes populares e locais sejam reconhecidos como válidos e transformadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do livro didático *Moderna Plus Sociologia em Movimento* revelou um material pedagógico que apresenta notáveis características positivas em seu conteúdo teórico e em sua concepção visual. Um dos pontos mais relevantes é a inclusão de autores decoloniais, o que representa um avanço significativo na desconstrução de narrativas eurocêntricas e na valorização de saberes marginalizados. Além disso, o livro se destaca por suas representações visuais, que se abstêm de representar grupos historicamente subalternizados de maneira estereotipada, buscando promover uma imagem que se aproxima da autenticidade.

O capítulo 10, “Críticas à colonialidade”, foco dessa análise, pode ser percebido como um desenvolvimento importante na promoção de uma educação plural e inclusiva. Neste capítulo, o livro aborda as culturas afro-indígenas de forma a evitar os rótulos comumente associados, o que contribui para a desmistificação e o reconhecimento dessas culturas. Além de promover uma discussão crítica acerca da colonialidade, que por sua vez, permite aos estudantes compreenderem as estruturas de poder que perpetuam desigualdades e a importância de questionar o conhecimento hegemônico.

Apesar dos aspectos positivos, notou-se que a elaboração e a apresentação dessas discussões podem ser consideradas de difícil acesso para o público alvo. A abordagem de temas como a colonialidade e as culturas afro-indígenas parece ter sido desenvolvida com um rigor e uma linguagem que se assemelham mais a um contexto universitário do que a um ambiente de ensino médio. Isso pode influenciar a compreensão, a assimilação e até o interesse do aluno pelo conteúdo.

Materiais didáticos, ao abordarem temas relevantes para a formação de uma cidadania crítica e consciente, devem encontrar um ponto de equilíbrio entre a profundidade teórica e a acessibilidade pedagógica. O material e as discussões presentes no *Moderna Plus Sociologia em Movimento* poderiam ter seu impacto ampliado se a linguagem e a estrutura expositiva fossem adaptadas para promover uma interação mais efetiva e engajadora com os alunos do ensino médio, contribuindo para que a educação plural se manifeste plenamente em sala de aula.

REFERÊNCIAS





ALONSO, Angela. Métodos qualitativos de pesquisa: uma introdução. In: ABDAL, Alexandre. *et al.* (org). **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais: Bloco Qualitativo**. São Paulo: CE BRAP, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação, Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação, Secretaria de Educação Básica. EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 02 /2024 - CGPLI. Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) 2026 - 2029. Disponível em: https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro/consultas-editais/editais/edital-pnld-ensino-medio-2026-2029-1/Anexo_01_Referencial_Pedagogico_EnsinoMedio_REVISADO2_78_1ret.pdf. Acesso em: out. 2025.

BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative Research in Psychology**, v. 3, p. 77-101, 2006.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro: **Paz e Terra**, 1987.

LUCIANO, Gersem José dos Santos. Educação para manejo do mundo. **Articulando e Construindo Saberes**, v. 4, p. 1-17, 2019.

MIGNOLO, Walter D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, v. 32, n. 94, jun. 2017.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RAMOS, Alberto Guerreiro. A redução sociológica. 3. ed. Rio de Janeiro: **Editora UFRJ**, 1996.

SILVA, Afrânio. *et al.* **Moderna Plus Sociologia em Movimento**. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2024.

